

EDUCAÇÃO E AÇÃO CULTURAL EM MUSEU

EDUCATION AND CULTURAL ACTION IN MUSEUM

Leandro Henrique Magalhães¹

Resumo: Este texto tem por objetivo apresentar reflexões e aproximações entre práticas educativas em museus e práticas em educação patrimonial, por meio de vinculações contextuais e teóricas entre a concepção de museu hoje predominante e a de educação, considerando seus aspectos históricos e práticas metodológicas. Em seguida, serão apresentados os vínculos entre o museu e a educação patrimonial e, por fim, um exemplo de prática de educação patrimonial desenvolvida em parceria com dois museus da cidade de Londrina-PR.

Palavras-chave: Educação Patrimonial. Museu. Educação.

Abstract: This paper aims to present the ideas and approximation between educational practices in museums and practices of heritage education through theoretical and contextual linkages between the prevailing conception of museum today and education considering its historical and methodological practices. Then they will present the links between the museum and heritage education and, finally, an example of the practice of heritage education developed together with two museums in the city of Londrina-PR.

Keywords: Heritage Education. Museum Education

¹ Graduado e Especialista em História pela Universidade Estadual de Londrina – UEL. Mestre e Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Professor do Centro Universitário Filadélfia – UniFil. Coordenador do GT Nacional de Patrimônio Cultural da ANPUH.

UM POUCO DE HISTÓRIA

O museu, como instituição pública, foi criado na França no ano 1793, logo após a Revolução Francesa:

O primeiro museu verdadeiramente público, como se compreende hoje, foi o Museu do Louvre, aberto após a Revolução Francesa. Esta foi a primeira vez na história que se permitiu acesso livre às antigas coleções da realeza francesa para pessoas de todos os estratos sociais. O museu era então visto como instrumento de educação e esclarecimento do “povo”, agente importante na consolidação dos Estados nacionais (FALCÃO, 2009, p.11)

No Brasil, sua criação data de 1862, com o Museu do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano, já marcado pelos ideais republicanos que afluíam no país. Em seu acervo destacavam-se registros de eventos como a Revolução de 1817 e a Confederação do Equador, movimentos do século XIX contrários à monarquia luso-brasileira. Posteriormente foram criados, dentre outros, o Museu Paraense Emílio Goeldi, em 1866, e o Museu Paulista, conhecido anteriormente como Museu do Ipiranga, em São Paulo, no ano de 1894. Seriam estes exemplos de instituições dedicadas à história e às ciências naturais e consolidadas a partir da segunda metade do século XIX, principalmente a partir das contribuições de especialistas estrangeiros (VALENTE, *et all*, 2005).

Anteriormente, ainda sob o domínio lusitano, fundou-se o Museu Nacional do Rio de Janeiro, no ano 1818. No entanto, segundo Maria Esther Valente, seu público era restrito a letrados e intelectuais, já exercendo, porém, importante papel na construção de uma identidade que seria nacional:

Entretanto, instalado no século XIX em um país escravocrata, seu público restringia-se aos letrados. No tempo em que a separação das disciplinas do conhecimento estava por se firmar, a concepção de ciência, nesse museu, ainda era associada a pesquisa, arte e indústria, sem que houvesse contradição nessa relação. Dentre suas funções incluíam-se a profissionalização de naturalistas e a promoção de expedições científicas, o que lhe conferia o atributo de construtor da identidade nacional.(VALENTE, *et all*, 2005, p.185)

Percebemos que, em seu nascedouro, os museus estiveram intimamente vinculados aos ideais republicanos e liberais, a partir de uma perspectiva de inclusão ao Estado Nacional em formação que, ao mesmo tempo, excluía as manifestações que não se adequassem ao modelo estabelecido. Neste contexto, tende-se a interiorizar nos indivíduos valores identitários estruturais de uma memória nacional (CESÁRIO, 2006), a partir da constituição da ideia de nação, o que leva à necessidade de

construção de uma identidade compartilhada. Tal situação inspirou os grupos de elite a formularem determinadas visões sobre o patrimônio, entre eles o museu, destinado a população, que acabou privada de participar da produção do passado (FUNARI, 2005): “O novo Estado Nacional, ao amputar o Estado de sua cabeça, teve como primeira tarefa criar os novos cidadãos, um único povo, como uma única cultura, língua e território” (FUNARI, 2005, p. 35).

Ainda segundo o autor, há um foco na unidade, no compartilhamento de valores e no consenso, ao buscar minimizar a diversidade e o conflito e privilegiar o pertencimento e a harmonia. De acordo com Marilena Chauí (1992), uma forma de alcançar estes objetivos seria por meio dos chamados “momentos fundadores”, quando ocorre a construção de ideais de cidadania a partir de lugares de memória, que incluem os monumentos, as bandeiras, os calendários, os hinos, as datas comemorativas, as pedagogias nacionais e os museus. Este seria ainda o contexto de constituição do que se denomina modernidade, com os momentos fundadores servindo como marcos de ruptura do passado e da tradição com o presente.

Enfim, os suportes da memória coletiva, que sempre foram elementos principais da criação do sentimento de continuidade e de preservação das sociedades pré-industriais, foram paulatinamente destruídos e hoje o cidadão se sente cada vez mais mutilado em seus sentimentos coletivos com relação ao passado (CHAUÍ, 1992, p.130).

Os momentos fundadores estão presentes não apenas no âmbito nacional, mas, também, na construção de memórias das cidades. Este é o caso de Londrina, localizada no norte do Estado do Paraná. Aqui é possível identificar pelo menos dois exemplos, que se complementam e estão presentes nos monumentos tidos como históricos: o pioneirismo e a modernidade.

O primeiro está intimamente vinculado ao papel civilizador da Companhia de Terras Norte do Paraná – CTNP e daqueles que a acompanharam no processo de colonização que deu origem a cidade, em seus primeiros anos, atribuindo um sentido heróico ao pioneirismo. Este sentido foi relativizado a partir da constituição do chamado “Memorial do Pioneiro”, inaugurado no ano de 2007 e localizado na Praça Primeiro de Maio, entre dois importantes monumentos que marcam a força das elites locais: a Concha Acústica e a atual sede da Secretaria Municipal de Cultura, esta obra do arquiteto João Batista Vilanova Artigas. O critério adotado para a inserção do nome dos pioneiros no referido memorial foi cronológico, ou seja, a chegada à cidade entre os anos de 1929 a 1939, possibilitando que outros que não os notáveis ou heróis da colonização fossem considerados como tais: “O critério temporal notabilizou personagens e categorias silenciadas até então pela maioria dos monumentos de

Londrina, como: trabalhadores manuais, sitiante, pequenos proprietários, mulheres e um totem dedicado aos índios, os verdadeiros nativos da região” (ALMEIDA, CESÁRIO, 2011, p. 33).

Com isto, houve o rompimento com a tendência predominante até então, que partia do princípio único e mítico do pioneiro, vinculado ao discurso fundador promovido pela Companhia de Terras Norte do Paraná – CTNP (ADUM, 2007), apesar de este permanecer presente na exposição permanente do Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss (HILDEBRANDO, 2010).

O pioneirismo, por sua vez, está intimamente ligado ao discurso em torno da modernidade, associada ao sucesso do empreendimento iniciado pela Companhia de Terras Norte do Paraná. As obras modernistas que se espalham na cidade são um exemplo desta construção discursiva, como a já citada atual sede da Secretaria Municipal de Cultura, e o Museu de Arte de Londrina – MAL: importante espaço de socialização, antes de tornar-se museu foi uma rodoviária, projetada por Vila Nova Artigas e considerada um marco da modernidade londrinense. Inaugurada no auge da produção cafeeira, o prédio foi tombado em 1974, em conjunto com a “Praça Rocha Pombo”, pela Coordenadoria do Patrimônio da Secretaria de Estado da Cultura do Paraná.

No entanto, ao ser tombado, a sociabilidade que envolvia o espaço não foi preservada, fora ignorada e esquecida. Manteve-se a lembrança do progresso, da modernidade representada por Artigas, da riqueza, do café, esquecendo-se das pessoas, das vivências. Esqueceu-se inclusive do motivo da transferência da rodoviária, ou seja, dos elementos de transformação que marcam a preservação e a tradição deste espaço. Manteve-se o monumento, mas apagaram-se as memórias e as vivências, sob risco de tornar-se um prédio fantasma. Vale ressaltar o esforço da atual direção do museu em torná-lo mais próximo ao público, desenvolvendo atividades como a Festa Nordestina. Porém, a identidade com os usuários do prédio, na época da rodoviária, está se perdendo (MAGALHÃES, 2010, p. 59).

Retomando a discussão inicial, o museu nacional nasceu sob o signo da legitimação ideológica e da construção de um passado que se quer hegemônico e total, significando a sociedade e respaldando o aparato político do Estado. Tornou-se o lugar privilegiado da ação intencional de construção de uma memória coletiva substitutiva, ao silenciar aquelas que se apresentarem conflituosas, e potencializar as que demonstrarem convergentes. Ou seja, em uma sociedade que caminha em direção à modernidade, as identidades tornam-se objeto de preocupação oficial, não existindo mais por si, simplesmente, mas devendo ser organizadas, classificadas, construídas e devidamente etiquetadas. O museu será o espaço privilegiado dessa construção, com

os nacionais sendo as primeiras modalidades a surgirem na Europa, tais como: British Museum (1759), Museu Dinamarquês (1807) e Museo Del Prado (1819) (AMARAL, 2012).

Também a educação moderna terá o papel de atender os interesses do Estado. Na França revolucionária do século XVIII, havia o interesse de organização de um sistema nacional de educação, a partir de uma proposta que privilegiava a escola pública e estatal. Em Portugal, no mesmo período, o Marquês de Pombal buscou uma solução, frustrada, na mesma direção (PALMA FILHO, 2012). No Brasil, alguns ideais iluministas marcaram profundamente os debates em torno da educação, em fins do século XIX e início do século XX, fosse para reforçar a pedagogia tradicional coronelista, a partir de uma concepção cosmopolita e universalista de educação, fosse para dar base à chamada Escola Nova, a partir de princípios em defesa de uma educação universal, gratuita, pública, obrigatória e laica, expressos no Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, de 1932.

Vale ressaltar que, Segundo Demerval Saviani (2009), ambas as perspectivas se enquadram no que denominou de “Teorias Não Críticas da Educação”, que tinha por pressuposto a superação das desigualdades a partir da afirmação de uma educação estatal que reproduzisse os interesses das elites hegemônicas, agrárias e oligárquicas, no que se refere a Teoria Tradicional; e urbana e democrática, no que se refere a Escola Nova.

O iluminismo, da Revolução Francesa, e que influenciou a Escola Nova brasileira, tinha o papel primeiro de adequar a educação à nova realidade política e econômica que se impunha, em um processo de superação do Antigo Regime Europeu:

A doutrina liberal, instrumento de luta da burguesia contra o Antigo Regime, fundava-se nos princípios da individualidade, da liberdade, da propriedade, da igualdade e da democracia. Opunha à ordem “iníqua” que combatia, fundada na desigualdade “herdada”, a ordem capitalista, que, respeitando as desigualdades naturais, se consubstanciava numa sociedade hierarquizada porém justa e para tanto “aberta”. A noção de sociedade aberta, concebível apenas numa ordem econômica caracterizada por uma diversidade crescentemente complexa de tarefas, funções e papéis sociais, implicava a possibilidade de mobilidade social com base nos “méritos” individuais. Daí, como consequência lógica, o pensamento liberal desembocou na defesa da “Escola Pública, Universal e Gratuita”, como condição indispensável para a garantia da igualdade de direitos e oportunidades que justificava, em última instância, a desigualdade social “justa” porque “natural”. As implicações educacionais da nova doutrina, portanto, ultrapassavam o âmbito das exigências do desenvolvimento técnico-científico, sustentando a própria legitimidade das novas instituições econômicas e sociais (XAVIER, 1990, p. 60-61.)

A aproximação da educação com os museus não tardou a acontecer, sendo que ainda nos novecentos a missão educativa dos museus se ampliou, tornando-se, por vezes, sua razão de ser: Em 1880, o Louvre (Paris) criou seu serviço educativo permanente. Entre 1914 e 1918 o Victoria & Albert Museum (Londres) organizou um programa de exercícios artesanais relacionados com as peças do seu acervo para estudantes. A partir de 1920 foram realizadas diversas experiências pedagógicas nos EUA que iriam firmar definitivamente a função educativa como fundamental para os museus (ALMEIDA, 2008, p.50).

No Brasil a aproximação entre museu e educação deu-se a partir das influências escolanovistas, com o museu tendo o papel de complementar o ensino escolar. Esta relação se enquadra na perspectiva teórica da Escola Nova e sua opção pelo não diretivismo, quando a quantidade se torna mais importante que a qualidade e o aprender a aprender torna-se o centro do processo educativo, levando a um aprendizado livre, de iniciativa discente, com o professor ocupando o espaço de orientador e estimulador e o conteúdo cedendo espaço para a convivência e a troca de experiência (SAVIANI, 2009). Moacir Gadotti (1983), em um texto de 1978, ao tecer críticas ao modelo de educação adotado pelos militares no Brasil, trata também do não diretivismo, afirmando que esta retira do professor seu papel de transformação, ao focar apenas no estudante, desfocando-se da sociedade e das relações daí decorrentes. Para uma pedagogia crítica, seria necessário aliar a reflexão à ação, abordando temas que geralmente eram omitidos. O maior perigo da aproximação da Escola Nova com as ações educativas nos museus é a opção pelo não diretivismo.

Não se deve esquecer, no entanto, que a escola, ao contrário da pedagogia, é uma instituição com princípio conservador, sendo que o museu não deve simplesmente repetir este papel. A educação formal, na sociedade capitalista, vem tendo o papel de produzir conformidade e consenso a partir de um processo de institucionalização da escola (MÉSZÁROS, 2005).

Na atualidade, ainda permanece o discurso da educação enquanto “mola” propulsora do desenvolvimento econômico e social. A ideologia dominante propaga o discurso de que a sociedade é democrática e o empenho individual proporcionaria as condições de ascender socialmente, uma vez franqueada a “escada” educacional para todos. Através da escolarização o indivíduo teria as melhores ocupações, os melhores salários e, conseqüentemente, poderia melhorar a sua posição social. Essa perspectiva é sustentada pela Teoria do Capital Humano, cuja ênfase na educação está voltada para o trabalho, para a formação de hábitos e atitudes para a produtividade; fundamento da reforma educacional brasileira desde a década de 1970 (FREITAS; FIGUEIREDO, 2008, p. 219).

Apesar do contexto apresentado, de aproximação entre educação e museu a partir da constituição do Estado Liberal moderno, deve-se seguir as considerações de Eduardo Lúcio Guilherme Amaral, de que as condições que permearam o nascimento do museu não podem confundir-se com as novas possibilidades de uso, com o educador que atua nestes espaços devendo estar atento ao potencial educativo e à nova ação dos museus no seio das coletividades. Ou seja, se útil na caracterização do “espírito nacional”, não será menos válido para o fortalecimento e afirmação das múltiplas identidades coletivas, que se formam a partir das solidariedades cotidianas (AMARAL, 2012)

Além disso, deve-se considerar, como apontado por Andréa Falcão (2009), que o museu vem ganhando cada vez mais espaço junto ao grande público e aos chamados “meios de comunicação de massa”, substituindo, paulatinamente, seu papel preponderante de preservação da cultura das elites e do discurso oficial.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E PRÁTICAS EDUCATIVAS EM MUSEUS

Vimos que o museu e a educação escolar tem origens próximas, sendo considerados elementos fundamentais na consolidação dos Estados Liberais, entre os séculos XVIII e XX. Este processo, no entanto, não impediu que a educação não formal estivesse presente nas práticas educativas em museus. Além disso, é possível, senão necessário, aproximar o debate do conceito de Patrimônio Cultural, o que remete a perspectivas de educar para o patrimônio, ou de educação patrimonial.

É interessante notar que, no Brasil, o debate em torno do Patrimônio Cultural e da Educação caminham juntos: foi na década de 1930 que, efetivamente, se estabeleceu uma política para o Patrimônio Cultural, especialmente a partir da elaboração do “Anteprojeto de Proteção do Patrimônio Artístico Nacional”, por Mário de Andrade, que serviria de embasamento para o projeto de Rodrigo de Melo Franco Andrade, que deu origem ao SPHAN e ao Decreto-Lei 25/37. O mesmo foi elaborado a pedido de Gustavo Capanema, então Ministro da Educação e Saúde que, durante o Estado Novo, foi responsável por uma reforma do ensino que privilegiou o tecnicismo e o dualismo de educação, com um caminho a ser trilhado pelo o povo, em direção ao trabalho, e outro pelas elites. Reafirmamos aqui o dito anteriormente, que a educação e o patrimônio devem ser considerados elementos fundamentais para a consolidação de identidades nacionais. O Estado, neste caso, seria o guardião da cultura e responsável por uma ação pedagógica não formal em relação aos valores nacionais que deveriam ser preservados.

O anteprojeto é considerado, ainda hoje, avançado e atual, por abordar princípios como: preservação da diversidade cultural brasileira; opção por uma perspectiva etnográfica de cultura e busca de um equacionamento entre o erudito e o popular. Mario de Andrade demonstrara ainda preocupação efetiva com a educação para o patrimônio, especialmente no que se refere aos museus, defendendo a ideia de que os museus municipais deveriam ter seus acervos selecionados pelo valor identificado pela comunidade local:

O projeto de Mário de Andrade para os museus municipais passa pela valorização do existente: do mais singelo ao mais sofisticado, do popular ao erudito, da cópia ao original, do testemunho natural ao cultural, sem a preocupação de coleções fechadas. A narrativa museológica, nesse caso, surge do diálogo com a população interessada na constituição do museu (CHAGAS; NASCIMENTO JUNIOR, 2009, p. 09).

É importante salientar que, em momentos marcados pelo autoritarismo, na história brasileira, os vínculos entre educação e patrimônio cultural tornam-se ainda mais evidentes. Este é o caso da ditadura Vargas, denominada de Estado Novo, e da ditadura militar, iniciada com o Golpe de 1964 e tendo seu fim com a eleição indireta para presidente, em 1985. Neste período foi assinado o Decreto Lei 200 de 25 de fevereiro de 1967, que reorganizou a Administração Pública Federal, definindo os ministérios e estabelecendo diretrizes. No que se refere ao Ministério da Educação e Cultura, este seria responsável: pela educação, ensino (exceto o militar) e magistério; pela cultura, entendida aqui como letras e artes; pelo patrimônio histórico, arqueológico, científico, cultural e artístico, e; pelos Desportos.

Foi na década de 1980 que o país conheceu um debate efetivo em torno do conceito de Educação Patrimonial, a partir de propostas surgidas no interior dos museus brasileiros, com destaque para o trabalho desenvolvido por Maria de Lourdes Parreira Hora, então Diretora do Museu Nacional. Sua metodologia tornou-se paradigma, sendo adotada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN a partir da publicação do Guia Básico de Educação Patrimonial (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 2006) que se desdobraria no Manual de Atividades Práticas de Educação Patrimonial (GUNBERG, 2007).

A partir daí iniciou-se um caminhar em direção a uma perspectiva mais abrangente e democrática para a educação patrimonial, considerando a desigualdade social e a diversidade regional, grupal e étnica na formação de um povo, abrangendo não apenas os elementos materiais, mas também as manifestações e expressões culturais que compõem o que se convencionou chamar de Patrimônio Imaterial. Neste sentido, a Educação Patrimonial passou a ter o papel de educar para a disputa que envolve os bens culturais, considerando que sempre haverá escolhas e busca de consenso.

A Educação Patrimonial apresenta-se assim como metodologia apropriada para a ação educativa em museus (ALMEIDA, 2008), entendo o educar para o patrimônio como:

Formas de mediação que propiciam aos diversos públicos a possibilidade de interpretar objetos de coleções dos museus, do ambiente natural ou edificado, atribuindo-lhes os mais diversos sentidos, estimulando-os a exercer a cidadania e a responsabilidade social de compartilhar, preservar e valorizar patrimônios com excelência e igualdade (GRINSPUM, 2000, p. 27).

Segundo Maria Célia T. Moura Santos (2012), a educação é, assim, considerada como um processo que tem como referencial o patrimônio cultural, tendo-o como suporte fundamental para que a ação educativa seja aplicada, valorizando a herança cultural individual e coletiva, em um determinado tempo e espaço. A autora afirma que, assim como a educação, o patrimônio cultural deve ser entendido como referencial para as ações museológicas. Entende ainda que o museu não deve ser pensado como um produto pronto, acabado, pois resulta das ações dos sujeitos que o estão construindo e reconstruindo, a cada dia, o que se dá, também, por meio das ações educativas que possibilitam a interpretação do patrimônio cultural. Neste sentido, as ações educativas realizadas nos museus devem compreender o objeto e sua manifestação cultural como um ponto de partida para o estabelecimento de conexões entre o velho e o novo, entre uma cultura e outra, possibilitando a análise crítica e o

estímulo da criatividade e permitindo que o bem cultura sirva de estímulo para a produção de conhecimento.

Desta forma o museu, quando considerado como espaço de educação não formal, torna-se uma instituição educacional autônoma, que tem como objeto de trabalho o bem cultural (FRONZA-MARTINS, 2012), apresentando vínculo direto com a Educação e Patrimônio Cultural, o que pode ser expresso nos conceitos presentes no site do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM (2012), como se segue:

(pelo Departamento de Museus e Centros Culturais – IPHAN/MinC – outubro/2005)

O museu é uma instituição com personalidade jurídica própria ou vinculada a outra instituição com personalidade jurídica, aberta ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento e que apresenta as seguintes características:

I – o trabalho permanente com o patrimônio cultural, em suas diversas manifestações;

II – a presença de acervos e exposições colocados a serviço da sociedade com o objetivo de propiciar a ampliação do campo de possibilidades de construção identitária, a percepção crítica da realidade, a produção de conhecimentos e oportunidades de lazer;

III – a utilização do patrimônio cultural como recurso educacional, turístico e de inclusão social

(pelo Comitê Internacional de Museus – ICOM, definição de 1956)

Museu é um estabelecimento de caráter permanente, administrado para interesse geral, com a finalidade de conservar, estudar, valorizar de diversas maneiras o conjunto de elementos de valor cultural: coleções de objetos artísticos, históricos, científicos e técnicos, jardins botânicos, zoológicos e aquários.

Assim, seja no conceito estabelecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, seja pelo Comitê Internacional de Museus – ICOM, o museu só pode ser entendido se articulado com as concepções de Patrimônio Cultural e a partir de sua função educativa, dentre outras. Desta forma, é possível afirmar, conforme Almeida, que:

A educação em museus visa a preservação do patrimônio cultural e natural, através da participação crítica de toda a população. A ação educativa é parte integrante dos processos de comunicação museológica e deve ser coerente com o discurso expositivo, com as publicações e outros meios de divulgação do museu (ALMEIDA, 2012, p.54).

Fica evidente, assim a aproximação das práticas educativas em museus com o conceito de Educação Patrimonial, entendida como o ensino centrado nos bens culturais, ponto de partida para o desenvolvimento de ações pedagógicas, tendo-as como fonte primária de análise e reflexão, e não como complemento as ações

escolares. Nas ações nos museus, de acordo com o autor, a Educação Patrimonial pretende fazer com que este seja parte da vida comunitária e espaço de reflexão da memória cultural local, possibilitando práticas educativas a partir da capacidade criadora do homem.

A educação, neste caso, é entendida como um processo, uma ação reflexiva que visa alcançar o conhecimento, o que só é possível ao favorecer o pensamento crítico, a criatividade e a ação transformadora do sujeito que aprende. O processo educativo ocorre como possibilidade, e não como determinação, adquirindo caráter contínuo e permanente (SANTOS, 2012).

De acordo com Margarida Brandina Pantaleão da Silva (2012):

Entendemos por ação educativa no museu as experimentações do sujeito para criar, construir e representar novos conhecimentos, aliado ao seu processo pessoal de desenvolvimento nestes contatos. Esse processo, a qualquer momento pode ser revisto, reelaborado e modificado para favorecer uma interação social significativa do público com o espaço, pois a visita ao museu é uma experiência social e cultural, uma forma de compartilhar o saber no espaço público.

A concepção mais comumente adotada de educação em museu, que o aproxima dos bens culturais, reporta-se à concepção de Educação Patrimonial adotada em atividades desenvolvidas na cidade de Londrina-PR, entre os anos de 2005 e 2012, como será visto a seguir.

PROJETO EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: UMA PROPOSTA DE PRÁTICA

O projeto “Educação Patrimonial” vem sendo desenvolvido, na cidade de Londrina, desde o ano de 2005, sendo vencedor da 23ª edição do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, no ano de 2010. É financiado pelo Programa Municipal de Incentivo à Cultura de Londrina – PROMIC e tem como parceiros instituições como Secretaria de Cultura do Município de Londrina, Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Cultural do Município de Londrina, Secretaria Municipal de Educação de Londrina, Centro Universitário Filadélfia – UniFil, Grupo de Trabalho em Patrimônio Histórico e Cultural da Associação Nacional de História – Seção Paraná, Museu de Arte de Londrina – MAL e Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss – MHL, dentre outros.

A equipe vem sendo ampliada: no ano de 2005, foi coordenado por Aline Pitzchke e, em 2006, por Denise Lezo, contando com a participação dos arquitetos Dr. Humberto Yamaki e Esp. Elisa Roberta Zanon. A partir de 2007, o projeto passou a ser desenvolvido pelos historiadores Dr. Leandro Henrique Magalhães e Ms. Patrícia

Martins Castelo Branco, além da arquiteta Esp. Elisa Roberta Zanon. Em 2011 agregou-se a equipe a pedagoga Ms. Ana Cláudia Cerini Trevisan. Em 2010, contou ainda com o historiador Ms. José Augusto Alves Neto e as turismólogas e geógrafas Ms. Tatiana Colasante e Ms. Alini Nunes.

O projeto tem como objetivos gerais:

- desenvolver metodologia de Educação Patrimonial que possibilite o entendimento conceitual em torno do significado do Patrimônio Cultural e que leve ao reconhecimento dos bens culturais locais, possibilitando sua apropriação, salvaguarda e preservação, e;
- garantir a valorização das identidades e memórias que compõem o Patrimônio Cultural londrinense, a partir atividades e produtos vinculados tanto à educação formal como informal.

No decorrer dos anos, a equipe desenvolveu produtos e metodologias para o trabalho com o Patrimônio Cultural, a partir de uma perspectiva interdisciplinar que respeita as diferentes perspectivas em relação as temáticas e ações, em um diálogo que não abre mão do conflito e das contradições inerentes a prática pedagógica e de pesquisa. Foi desenvolvida também uma concepção de Educação Patrimonial que tem por base a relação histórica entre Educação e Patrimônio Cultural, como visto, e o debate teórico realizado no interior do grupo a partir das ações práticas desenvolvidas no decorrer dos anos. Não se trata, assim, de uma abordagem fechada, mas aberta e em constante mutação. Não se nega, também, o conceito de Educação Patrimonial, entendendo-o como histórico, e assim, marcado por problemas, ideologias e contradições.

Entende-se que o Patrimônio Cultural está sempre em construção; sempre em disputa, pois fruto de eleição e; vinculado aos poderes, geralmente escamoteado em nome do nacional, excepcional ou universal. Educar para o patrimônio cultural é possibilitar que os sujeitos envolvidos entendam os elementos presentes no processo de construção e disputa, suas contradições, e possam assim opinar, ouvir e serem ouvidos, quando da escolha dos bens culturais eleitos como Patrimônio Cultural.

A perspectiva é comunitária, entendendo-se ser necessário partir do contexto imediato, tido como fundamental para o reconhecimento do patrimônio que, assim, ultrapassa o oficial, sem negá-lo. É a comunidade que elabora sentido e percepções para suas experiências, que são compartilhadas por meio de signos, com fins comunicacionais, cujo uso e manutenção garantem o reconhecimento mútuo do

grupo. Desta forma, entende-se que o bem cultural deve ser caracterizado como tudo aquilo que tem sentido comum e marca uma comunidade, garantindo sua identidade (MAGALHÃES, MARETTI, 2012).

Ou seja, a Educação Patrimonial deve possibilitar a formação de pessoas capazes de (re) conhecer sua própria história cultural, deixando de ser expectadores, valorizando a busca de novos saberes e conhecimentos, provocando conflitos de versões. Deve ser ainda compreendida como o estudo de objetos comunitários e como estratégias de aprendizagem/valorização do contexto sociocultural, com os educandos entendidos como sujeitos de um processo histórico em construção, o que exige a valorização das modificações e da dinâmica, elementos constitutivos do patrimônio de uma comunidade/localidade. Tomou-se o termo “identificação” como palavra-chave, entendendo-se que não se deve: forçar identidades/identificações; questionar se a comunidade conhece ou reconhece o patrimônio cultural; pensar a identificação por meios impositivos, e; trabalhar pela imposição de memórias, percepções ou consciências. Além disso, considera-se que não há simples somatória ou unidade no processo de debate em torno do Patrimônio Cultural, mas contradições.

Dentre as ações desenvolvidas pelo Projeto Educação Patrimonial, diversas foram em parceria com os museus da cidade, além daquelas realizadas no espaço museal, sendo que as consideradas mais significativas pela equipe do projeto serão aqui relatadas, uma envolvendo o Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss, e outra, o Museu de Arte de Londrina – MAL.

No ano de 2008 foi realizada a montagem da exposição denominada “Museu Itinerante”, graças a uma parceira com o Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss, que possibilitou a realização de pesquisa em seu acervo. Esta ação decorreu de oficinas realizadas junto a alunos do quarto ano do ensino fundamental de escolas públicas municipais e de visitas ao museu histórico, quando, a partir de alguns questionamentos feitos pelosicineiros, alunos afirmaram que o seu bairro estava ausente do acervo do referido museu. Deve-se considerar aqui que, para os mesmos, o acervo se resumia a exposição permanente que retrata, segundo Gilberto Hildebrando (2010), os objetos fundamentais para a constituição de uma identidade londrinense. Há, aqui, um caráter narrativo, que apresenta uma estrutura marcada pela sua fundação e tendo como foco o conceito de trabalho, com uma única trajetória possível, com alguns atores possíveis, e com a formação periférica da cidade ignorada, assim como a história após a década de 1970.

Visando demonstrar que outros elementos, que não os reconhecidos na visita realizada, poderiam ser encontrados no museu, foi realizada uma pesquisa, no seu acervo, sobre locais escolhidos pelos alunos de duas das escolas trabalhada. A

partir daí a exposição foi montada, configurando-se como uma mostra de fotografias e textos, em formato de *banners*, que revelam o desenvolvimento urbano da região onde foram realizadas as oficinas do projeto Educação Patrimonial IV, denominado então de “Histórias do Nosso Pedaco”, sendo elas: Escola Municipal Padre Anchieta (Patrimônio Heimtal) e Escola Municipal Reverendo Odilon Gonçalves Nocetti (Região Oeste) (MAGALHÃES, 2010). A ideia do uso do termo “Nosso Pedaco” tem um duplo significado: o de valorização da localidade onde as escolas estavam inseridas, e de chamar atenção para a concepção de que a história, aproximando-se da arqueologia, é constituída por fragmentos, que devem ser organizados visando a elaboração de um discurso sobre o passado. A exposição, após ser montada nas escolas em questão, foi organizada em diversos locais da cidade, como universidades, bibliotecas, museus, além de cidades como Curitiba-PR, Cascavel-PR e Rio Grande-RS.

A boa acolhida do Museu Itinerante possibilitou que, no ano de 2010, a ideia fosse inserida no projeto “Educação Patrimonial VI: Memórias da Rua”, agora intitulado “Museu Itinerante – Qual é o Seu Centro?”, tendo como elemento central a Rua Sergipe, um dos principais centros de comércio popular da cidade. Em um movimento inverso, o projeto voltou-se para a área central, entendendo que esta também faz parte da formação das identidades londrinenses, contribuindo para o entendimento de pertencimento à cidade. Optou-se pela Sergipe pelo fato de ser uma das mais antigas ruas de comércio da cidade, possuindo até hoje tipos de estabelecimentos comerciais e ofícios que não existem em outros lugares. Possui ainda importantes exemplares da arquitetura *art déco* londrinense, além de contar com dois espaços significativos que marcaram as transformações recentes por qual a cidade passou: o cadeião e a antiga rodoviária de Londrina, hoje Museu de Arte de Londrina. Seguindo o mesmo padrão da exposição anterior, esta foi composta de três conjuntos independentes que, unidos, formam uma exposição mais ampla, abordando os seguintes temas: o antigo cadeião; a antiga rodoviária, hoje Museu de Artes de Londrina - MAL, e; as fachadas dos prédios da Rua Sergipe.

Partindo desta ação foram realizadas, em parceria com o Museu de Arte de Londrina – MAL, oficinas com alunos do quarto ano do ensino fundamental de escolas públicas e privadas, tendo por objetivo principal a valorização da rua, reconhecendo-a como bem cultural, além de possibilitar aos alunos identificar-se como sujeito de ação e transformação deste e de outros logradouros.

Além do objetivo principal, os específicos foram: identificar os conhecimentos prévios sobre os conceitos a serem trabalhados, em especial os de memória, identidade e patrimônio cultural; debater, conceitualmente, estes termos, e; reconhecer os bens culturais que compõem a Rua Sergipe. Como produto, optou-se

pela expressão, por meio de um Mosaico, da percepção dos alunos acerca da rua e seus bens culturais, partindo-se dos seguintes questionamentos: qual a finalidade de uma rua? Como se deu a construção da história da Rua Sergipe? Quais são as características mais marcantes da rua? Porque esta pode ser considerada uma “rua de comércio”? Uma rua pode ser entendida como Patrimônio Cultural?

A oficina, de quatro horas, foi coordenada pela pedagoga Ms. Ana Cláudia Cerini Trevisan, e foi desenvolvida em quatro etapas:

- Prática inicial do conteúdo - Roda de Conversa: aqui se deu a apresentação dos oficinairos e os objetivos da oficina, sendo solicitado ainda que os alunos se apresentassem e falassem um pouco da rua que mais gostassem. Em seguida, foi feito um levantamento dos conhecimentos prévios dos alunos, por meio das questões apresentadas acima, com as quais se pretendeu motivá-los para a assimilação dos conceitos apresentados;
- Teorização: abordou-se aqui um pouco da história da rua, seus personagens e seu marcos arquitetônicos, com destaque para o Museu de Arte de Londrina – MAL, tombado pela Coordenação do Patrimônio Cultural da Secretaria de Cultura do Estado do Paraná. Em seguida, foi discutido o que caracteriza um bem cultural e o que o torna “oficial”, como o caso do museu em questão. O próximo passo foi a exibição de um vídeo produzido para as oficinas, com imagens e relatos de pessoas que moram ou trabalham na Rua Sergipe. Este teve por finalidade chamar atenção para as memórias que a envolvem, conduzindo os alunos para suas próprias memórias a respeito da rua. Por fim, os participantes foram convidados para um passeio com o objetivo de conhecer o Museu de Arte de Londrina;
- Síntese – Criação do Mosaico: após a discussão, do vídeo e do passeio, e da identificação da percepção de cada um, foi pedido aos alunos que criassem, por meio do desenho ou pintura, sua própria representação da Rua Sergipe, para o que foram unidos em pequenos grupos, com cada qual montando o seu “Mosaico”, organizando da forma que julgassem mais conveniente, suas elaborações.
- Exposição: o resultado das oficinas, os mosaicos, foi exposto na Biblioteca Pública Municipal de Londrina e no Museu de Arte de Londrina - MAL.

As oficinas serviram ainda de base para a elaboração de livro infantil intitulado “As Aventuras do Gato Caixeiro em Londrina” (MAGALHÃES, TREVISAN, 2011), material

de fundo didático, distribuído para as escolas municipais da cidade, e que apresenta de forma lúdica aspectos da História de Londrina desde sua constituição, na década de 1930, até os dias atuais. O personagem principal do livro faz referência aos caixeiros viajantes, profissional de importância fundamental para o desenvolvimento da cidade em seus primeiros dias. Faz também referência a um elemento que marca sua constituição, ou seja, a diversidade étnica e cultural e seu povo. Foi lançado no Museu de Arte de Londrina, e acompanhado de uma apresentação teatral. Foi seguido de um segundo livro, intitulado “As Aventuras do Gato Caixeiro na Rota do Café” (MAGALHÃES, TREVISAN, 2012), lançado no Museu História de Londrina Padre Carlos Weiss, também acompanhado de uma apresentação de teatro. O café é um elemento fundamental na constituição identitária da cidade de Londrina e região norte do Paraná e, visando seu potencial turístico, o SEBRAE Paraná organizou uma rota, do qual fazem parte fazendas, restaurantes, comércios, cafés e museus, dentre eles, o museu histórico de Londrina.

O projeto aprovado para o ano de 2013 tem como tema principal os museus da cidade de Londrina, estreitando ainda mais os laços que vem sendo estabelecido no decorrer dos anos. Para tanto, estão previstas atividades formativas para estudantes do Ensino Médio, que tem por objetivo possibilitar que o aluno reflita sobre a importância da preservação e salvaguarda do Patrimônio Cultural Londrinense, especialmente o vinculado aos museus da cidade. As oficinas terão como resultados o desenvolvimento de um jogo pedagógico, em formato de RPG, e um livro infanto juvenil, que tem como título provisório “Uma Aventura no Museu”. A história gira em torno de dois colegas que, ao fazer uma visita a exposição permanente do Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss, junto com a turma de sua escola, acabam por ser transportados para o passado, realizando uma espécie de visita viva a exposição. Os argumentos para a história serão desenvolvidos no decorrer das oficinas.

Além disso, será organizado um Roteiro dos Museus de Londrina e publicado um livro voltado para professores do Ensino Fundamental de Anos Iniciais, intitulado Práticas Educativas em Museus: Uma Proposta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os museus públicos têm seu surgimento vinculado à formação das identidades nacionais e da republicana, em um processo que levou à privação de envolvimento da população na constituição de uma memória oficial sobre o passado. Privilegiou-se, neste momento, a unidade e o compartilhamento de valores, visando o consenso e a

minimização da diversidade e do conflito. Assim, o museu, no Brasil, constituiu-se sob o signo da legitimação ideológica e da constituição de um passado hegemônico e total.

Esta perspectiva aproxima-se da trajetória da constituição da educação brasileira nos fins do século XIX e início do XX, quando se incorporam os ideais iluministas na constituição das chamadas “Teorias Não Críticas da Educação”. Este fator favoreceu a aproximação dos museus com a educação, especialmente a partir da perspectiva escolanovistas, com o museu adquirindo função complementar ao ensino escolar. Ou seja, ambas as instituições foram importantes na consolidação dos Estados Liberais e na constituição de uma identidade nacional brasileira.

Importante ainda ressaltar que os debates em torno do Patrimônio Cultural e da Educação Escolar, no século XX, caminharam lado a lado, o que pode ser expresso pelo fato de que o Decreto-Lei 25 / 37, que cria o SPHAN, foi elaborado sob supervisão de Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde do Estado Novo, responsável pela reforma tecnicista e dual de educação.

Será nos anos oitenta do século XX que o papel dos museus, e do Patrimônio Cultural, começa a ser revisto, com a educação sendo central neste processo. Destacam-se aqui as ações desenvolvidas por Maria de Lourdes Parreira Hora, Diretora do Museu Nacional, e pelo IPHAN. A Educação Patrimonial apresenta-se, assim, como metodologia apropriada para ações educativas em museus, comprovada pelo grande número de ações e de metodologias desenvolvidas a partir de então. Dentre estas, enquadram-se as do Projeto Educação Patrimonial, apresentada neste artigo.

A perspectiva principal adotada pelo projeto é o Educar para o Patrimônio Cultural, tendo como centro o sujeito e o envolvimento desse com sua comunidade, partindo-se do princípio de que os bens culturais estão em construção e em disputa, pois fruto das contradições que o envolvem. É a partir destes elementos, e considerando o desenvolvimento histórico dos conceitos, que o grupo envolvido no projeto desenvolveu atividades educativas nos dois mais importantes espaços museais da cidade de Londrina-PR, o Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss e o Museu de Arte de Londrina – MAL.

REFERÊNCIAS

- ADUM, Sonia M. S. Lopes. Monumento Memorial do Pioneiro. In **Encontro Sobre Patrimônio Cultural**, 10, 2007, Itajaí. Anais Encontro sobre Patrimônio Cultural, Itajaí, 2007.
- ALMEIDA, A. Desafios da relação museu-escola. **Comunicação & Educação**. v. 3, n. 10, 2008.

AMARAL, Eduardo Lúcio Guilherme. Reflexões sobre o papel educativo dos museus. **Rev. Humanidades**, Fortaleza, v. 18, n. 1, p. 9-16, jan./jun. 2003. Disponível em: <http://www.unifor.br/joomla/joomla/images/pdfs/pdfs_notitia/1529.pdf>. Acesso em: 20 de Outubro de 2012.

CESÁRIO, Ana Cleide Chiarotti. Patrimônio Cultural e a Instituição do Direito à Memória. In **Encontro Sobre Patrimônio Cultural**, 9, 2006, Itajaí. Anais Encontro sobre Patrimônio Cultural, Itajaí, 2006.

CHAGAS, Mário de Souza; NASCIMENTO JUNIOR, José do (Org.). **Subsídios para a Criação de Museus Municipais**. Rio de Janeiro: MINC/IBRAM, 2009.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil: Mito Fundador e Sociedade Autoritária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

FALCÃO, Andréa. Museu como Lugar de Memória. In Ministério da Educação /Secretaria de Educação a Distância. **Museu e Escola: educação formal e não-formal**. Brasília-DF: TV Escola, 2009.

FREITAS, Cezar Ricardo de; FIGUEIREDO, Ireni Marilene Zago. Estado, Políticas Sociais, Educação e Ideologia Liberal: Algumas Considerações dessa Articulação na Sociedade Capitalista. **Revista HISTEDBR**, Campinas, n.32, p.210-223, dez. 2008.

FRONZA-MARTINS. DA MAGIA A SEDUÇÃO: a importância das atividades educativas não-formais realizadas em Museus de Arte. In **Canal do Educador**. Campinas-SP: FVCB, 2009. Disponível em: <http://fvcb.com.br/site/wp-content/uploads/2012/05/Canal-do-Educador_Texto_Da-magia-a-sedu%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 31 de Dezembro de 2012.

FUNARI, Pedro Paulo A.; CARVALHO, Aline Vieira de. O Patrimônio em uma Perspectiva Crítica: O Caso do Quilombo dos Palmares. **Revista Diálogos**. Maringá-PR: UEM, v.09, nº01, 2005.

GADOTTI, Moacir. Revisão Crítica ao Papel da Pedagogia na Atual Sociedade Brasileira. In **Educação e Poder: Introdução à Pedagogia do Conflito**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1983.

GRINSPUM, Denise. **Educação para o Patrimônio: Museu de arte e escola – Responsabilidade compartilhada na formação de públicos**. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

GUNBERG, Evelina. **Manual de Atividades Práticas de Educação Patrimonial**. Brasília-DF: IPHAN, 2007.

HILDEBRANDO, Gilberto. **O museu e a escola**: memórias e histórias em uma cidade de formação recente. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2010.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras, GRUNBERG, Evelina, MONTEIRO, Adriane Queiroz. 3 ed. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN, Rio de Janeiro: Museu Imperial, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS – IBRAM. Disponível em:
<<http://www.museus.gov.br/museu/>>. Acesso em: 26 de dezembro de 2012.

MAGALHÃES, Leandro Henrique. **Educação Patrimonial**: Teoria e Prática. Londrina: UniFil, 2010.

MAGALHÃES, Leandro Henrique. **Museu itinerante**: uma perspectiva museológica e de educação patrimonial. BOLETIM MUSEU HISTÓRICO DE LONDRINA, Londrina, v. 1, n. 2, jan/jun 2010.

MAGALHÃES, Leandro Henrique; MARETTI, Mirian Cristina. **Gastronomia e Patrimônio Cultural Londrinense**. Londrina: EdUniFil, 2012.

MAGALHÃES, Leandro Henrique; TREVISAN, Anca Cláudia C. **As Aventuras do Gato Caixeiro em Londrina**. Londrina-PR: UniFil, 2011.

MAGALHÃES, Leandro Henrique; TREVISAN, Anca Cláudia C. **As Aventuras do Gato Caixeiro na Rota do Café**. Londrina-PR: UniFil, 2012.

MÉSZÁROS, I. **Educação para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

PALMA FILHO, João Cardoso. **A Educação através dos tempos**. Disponível em:
<<http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/173/1/01d06t01.pdf>>. Acesso em: 26 de Dezembro de 2012.

SANTOS, Maria Célia T. Moura. **Museu e Educação: conceitos e métodos**. Disponível em:
<[http://www.rem.org.br/download/MUSEU_E_EDUCA__O_conceitos_e_m_todos_Porto_Alegre\[1\].pdf](http://www.rem.org.br/download/MUSEU_E_EDUCA__O_conceitos_e_m_todos_Porto_Alegre[1].pdf)>. Acesso em: 24 de Outubro de 2012.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia**. Edição Comemorativa. Campinas: Autores Associados, 2009.

SILVA, Margarida Brandina Pantaleão. **Museu e Ação Pedagógica**: uma parceria de sucesso. Disponível em: <http://www.revistamuseu.com.br/artigos/art_.asp?id=8948>. Acesso em: 24 de Outubro de 2012.

VALENTE, Maria Esther; CAZELLI, Sibebe; ALVES, Fátima. Museus, ciência e educação: novos desafios. **História, Ciências, Saúde** , vol. 12 (suplemento), p. 183-203, 2005.

XAVIER, M. Elizabete S. P. **Capitalismo e Escola no Brasil**: A constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1930-1961) Campinas: Papirus, 1990.